



INFORMATIVO GIAC 177, de 10 de junho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 – Oitiva do Ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)
- [20/5/2021 – Oitiva do Ex-Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 – Oitiva da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro](#)
- [26/5/2021 - Audiência deliberativa](#)
- [27/5/2021 – Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [1/6/2021 - Oitiva da médica oncologista e imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [2/6/2021 – Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Luana Araújo](#)
- [8/6/2021 - Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)

- [9/6/2021 – Oitiva do Coronel Antônio Elcio Franco Filho](#)
- [10/6/2021 – Oitiva do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima \(não comparecimento do governante\)](#)
- [11/6/2021, às 9h – Audiência Pública Interativa com os especialistas Nathália Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo \(USP\), e Cláudio Maierovitch, médico sanitário da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\) e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\).](#)

Oitiva do Governador do Estado do Amazonas: Em razão de [decisão](#) do Supremo Tribunal Federal (STF), no Habeas Corpus nº 202.940/DF, foi concedido ao Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, o direito ao não comparecimento à oitiva convocada pela CPI da Pandemia.

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Anvisa expediu informações sobre investigação de possível sobrepreço de medicamentos do "kit intubação" no município de Pouso Alegre/MG

Em atenção ao Ofício nº 200/2021/CNF/GIAC-COVID19, expedido pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19, acerca de possível aumento dos preços de medicamentos que compõe o "kit intubação", no município de Pouso Alegre/MG, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) encaminhou ao MPF, por meio do Ofício nº 1319/2021/SEI/GADIP-CG/ANVISA (PGR-00196949/2021), a Nota Técnica nº 271/2021/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, elaborada pela Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED).

De acordo com o documento, a Santa Casa de Poços de Caldas será oficiada para apresentar a documentação necessária, a fim de que a SCMED obtenha indícios mínimos que justifiquem a instauração de Investigação Preliminar.

Íntegra

[Ofício nº 1319/2021/SEI/GADIP-CG/ANVISA](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

[Atendendo à recomendação do MPF/PA, ribeirinhos de Montanha Mangabal em Itaituba \(PA\) recebem vacinas contra a Covid-19](#)

Ribeirinhos da comunidade Montanha Mangabal, em Itaituba, no Pará, receberam as primeiras doses da vacina contra a Covid-19 nos dias 5 e 6 de junho. Os moradores estavam enfrentando um surto da doença, e por não possuírem acesso a postos de saúde tinham sido esquecidos pela campanha de

vacinação municipal. Após denunciarem a situação ao Ministério Público Federal (MPF/PA), o órgão expediu recomendação pela imediata vacinação dos maiores de 60 anos da localidade, assim como de todos os integrantes que façam parte de grupos prioritários já atendidos na área urbana.

A recomendação do MPF/PA citou que, por se tratar de uma comunidade ribeirinha, a Montanha Mangabal está elencada entre os grupos com elevada vulnerabilidade social pelo Plano Nacional de Imunização. Além disso, o documento foi encaminhado, também, à Secretaria de Saúde do Estado do Pará solicitando que sejam enviadas informações sobre a quantidade de doses de vacinas remetidas ao município de Itaituba para atendimento do grupo prioritário integrado por Povos e Comunidades Tradicionais Ribeirinhas.

Íntegra

[Recomendação nº 3/2021/MPF/PRM-ITB/2º OFÍCIO](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Pará

Após notificação do MPF/PE, município pernambucano de Manari retira informação falsa sobre vacinação prioritária de advogados

A partir de notificação do Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE), o município de Manari/PE retirou de suas redes sociais, divulgação equivocada de que estaria vacinando prioritariamente advogados por determinação do MPF. Também foi providenciado, pelos mesmos canais de comunicação, o esclarecimento de que a notícia sobre a suposta ordem do MPF era falsa. O caso está sob responsabilidade da Procuradora da República em Garanhuns/PE Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves.

A Procuradora da República recomendou, também, a imediata suspensão da vacinação desse grupo, caso ainda não houvesse sido encerrada. O MPF/PE está apurando ainda a informação, fornecida pela prefeitura, de que a determinação para vacinação dos advogados teria partido da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Petrolândia (PE).

Procedimento nº 1.26.005.000045/2021-13

Atuação do MPF/PE viabilizou a vacinação de indígenas da Comunidade Tuxá Campos contra a Covid-19

Mediante atuação do Ministério Público Federal (MPF), o Estado de Pernambuco firmou acordo com a Prefeitura de Itacuruba (PE) para que vacinas contra a Covid-19 já disponíveis no município fossem destinadas prioritariamente à Comunidade Tuxá Campos. Com isso, as primeiras doses do imunizante já começaram, esta semana, a ser aplicadas nos indígenas. O responsável pelo caso é o Procurador da República em Serra Talhada (PE) André Estima.

No mês passado, o MPF/PE havia ajuizado ação civil pública, para que a União, por intermédio do Ministério da Saúde (MS), e o Estado de Pernambuco viabilizassem a vacinação dos indígenas da

Comunidade Tuxá Campos, localizada na zona rural de Itacuruba. Ao ser acionado pela Justiça Federal para se manifestar no processo, o estado buscou solucionar a pendência mediante o acordo com a prefeitura local para vacinação dos indígenas. As doses usadas serão repostas pelo governo de Pernambuco.

Com a vacinação dos indígenas iniciada, a ação judicial segue tramitando para que os pedidos do MPF sejam apreciados pela Justiça no julgamento final do caso. O Procurador da República requereu também a condenação da União para que o Dsei/PE seja obrigado a prestar atendimento em saúde a qualquer comunidade indígena que viva de modo tradicional no âmbito do distrito, em condições de igualdade com o que ocorre nas terras indígenas oficialmente demarcadas. Não devem ser considerados, para isso, o título ou o status da terra onde estejam instalados os indígenas, bastando a demonstração de que a comunidade é atendida pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Processo nº 0800306-42.2021.4.05.8303, em curso na 18ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Pernambuco

MPF/RN, MPRN, MPT-RN e DPE/RN firmaram acordo com a Prefeitura de Natal para acelerar vacinação contra a Covid-19

Os Ministérios Públicos Estadual (MPRN), Federal (MPF/RN), do Trabalho (MPT-RN) e a Defensoria Pública no Rio Grande do Norte (DPE/RN) pactuaram com a Prefeitura do Natal medidas para avançar a vacinação contra a Covid-19 entre os grupos prioritários e iniciar, em paralelo, a imunização por faixa etária. Na quarta-feira (9), as autoridades debateram ponto a ponto da pactuação em uma reunião virtual. O acordo prevê que a vacinação por idade, inicialmente para pessoas de 59 anos ou mais, poderá começar desde que haja a reposição das doses atualmente em estoque, as quais são destinadas aos grupos prioritários. A reposição é necessária visto que a autorização do Estado para imunização por faixa etária foi dada apenas para as doses ainda a serem entregues pelo Ministério da Saúde (MS).

A Prefeitura de Natal se comprometeu a destinar o mínimo de 50% de doses a serem recebidas para atender as prioridades elencadas pelo Plano Nacional de Imunização entre as fases 14 e 19. O município também se comprometeu a manter, pelo menos, 41 pontos de vacinação e ampliar o atendimento para os finais de semana em duas unidades da Zona Norte e na Zona Leste (Mãe Luiza). Outro compromisso assumido foi a retomada da vacinação em domicílio para pessoas com deficiência, pessoas com doença rara e pessoas com comorbidades acamadas ou domiciliadas.

População de rua - As pessoas em situação de rua são um dos grupos prioritários da sequência de imunização prevista pelo PNI. O acordo celebrado dispõe que as doses destinadas a imunizar o grupo serão encaminhadas aos consultórios de rua e as equipes irão iniciar a busca ativa e a efetiva imunização, de forma itinerante, já na quinta-feira (10). O MPF/RN identificou e localizou os cerca de 1200 moradores de rua da capital, por meio de painel de *Business Intelligence*.

Profissionais da educação - A Prefeitura do Natal se comprometeu a avançar e intensificar a imunização dos trabalhadores do setor, disponibilizando, a partir de 14 de junho, a vacinação em duas unidades básicas de saúde ou pontos de *drive-thru*, além das ações itinerantes que vêm sendo realizadas nas escolas.

Pessoas com deficiência, pessoas com doença rara e pessoas com comorbidade - Para ampliar a imunização desses grupos, a SMS Natal abrirá cadastro no RN Mais vacinas e manterá também o cadastro dessa solicitação nas Unidades de Saúde para possibilitar a vacinação em domicílio para pessoas com deficiência permanente, pessoas com doenças raras e pessoas com comorbidades acamadas ou domiciliadas.

Íntegra

[Termo de Acordo](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte

Anvisa concedeu anuência para pesquisa clínica da vacina Butanvac

A [Resolução RE nº 2.264, de 9 de junho de 2021](#), editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), concedeu anuência para realização da pesquisa clínica da Butanvac, vacina contra a Covid-19 em desenvolvimento pelo Instituto Butantan.

Consoante informações da autarquia, trata-se de pesquisa clínica de fase 1 e 2, dividida em três etapas (A, B e C). A atual anuência se refere a etapa A do estudo, que contará com 400 voluntários. Contudo, a previsão é a de que seis mil voluntários, com faixa etária acima dos 18 anos, integrem as fases clínicas 1 e 2.

Covaxin: Anvisa publicou Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Bharat Biotech Internacional Limited

Após deliberar pela autorização da importação de 4 milhões de doses do imunizante Covaxin, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou, por meio das Resoluções RE [2.248](#) e [2.249](#), a Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) das instalações do laboratório Bharat Biotech Internacional Limited, fabricante do insumo farmacêutico ativo (IFA) e da referida vacina acabada.

A agência ressaltou que a emissão da CBPF, válida por dois anos, somente foi realizada após a consecução dos ajustes de inconformidades constatadas por técnicos do órgão no momento da inspeção da empresa, situada em Hyderabad, na Índia.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Conass veiculou orientações, emitidas pela Secretaria de Saúde de Sergipe, para o manejo de gestantes e puérperas acometidas pela Covid-19

Na última terça-feira (8), a Secretaria de Estado da Saúde em Sergipe, por meio do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materno, divulgou [orientações voltadas ao manejo das gestantes e puérperas acometidas pela Covid-19](#).

De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), os protocolos são destinados a profissionais de saúde de toda a rede assistencial, a fim de prevenir o óbito nesse grupo de risco para a doença.

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Hospital de Clínicas da UFPR seleciona voluntários para testes de medicamento antiviral contra a Covid-19

O Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, seleciona voluntários para participar de testes relacionados a medicamento antiviral em estudo para tratamento contra a Covid-19.

Para se voluntariar ao estudo, os interessados deverão atender aos seguintes critérios: i) ter testado positivo para Covid-19 nos últimos quatro dias e não ter recebido nenhuma dose de vacina contra o coronavírus; ii) ter a confirmação de Covid-19 (por PCR ou teste rápido) com até 5 dias do início dos sintomas; e iii) apresentar ao menos um fator de risco como: ter idade maior do que 60 anos, obesidade, doença renal crônica, diabetes, problemas cardíacos graves, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) ou câncer ativo.

Fonte: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Ministério da Saúde publicou, na quinta-feira (10), a autorização de 364 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar destinados ao tratamento de pacientes suspeitos ou com suspeita de Covid-19

Na quinta-feira (10), o Ministério de Saúde publicou as autorizações, em caráter excepcional e temporário, de 364 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVPs) destinados ao atendimento exclusivo de pacientes confirmados ou com suspeita de Covid-19.

A medida abrange os estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso, Paraíba e Paraná. Conforme informações da pasta da Saúde, neste ano foram autorizados 3,1 mil leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, ao custo de R\$ 103 milhões.

Para acessar as portarias de autorização, confira a seção de atos publicados neste informativo.

Segundo o Ministério da Saúde, mais uma remessa de vacinas da Pfizer/BioNTech chegaram ao Brasil na quarta-feira (9)

De acordo com informações do Ministério da Saúde, novo lote com 936 mil doses da vacina Comirnaty, desenvolvida pela Pfizer/BioNTech, chegaram ao Brasil na noite de quarta-feira (8). Nesta semana, o órgão prevê o recebimento de mais um lote do referido imunizante.

Estima-se que, durante o mês de junho/2021, 12 milhões de doses da Comirnaty sejam entregues ao País de forma escalonada.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 9 de junho de 2021, informam que o Brasil registra 17.122.877 casos de infecção pelo novo coronavírus e 479.515 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Acórdãos do Tribunal de Contas da União acerca do acompanhamento das ações governamentais em resposta à Covid-19

A fim de acompanhar as medidas implementadas pelas esferas municipal, estadual e federal do governo, em resposta à emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus, o Tribunal de Contas da União (TCU) instaurou, até o momento, 285 processos (36 acompanhamentos, 199 representações, 3 solicitações oriundas do Congresso Nacional e 47 processos pertencentes a outras classes). Confira, a seguir, acórdãos alusivos à temática Covid-19, extraídos por meio de consulta ao [Painel Informativo Coopera](#):

- [Acórdão nº 2361/2021 – Primeira Câmara](#): Representação para apurar indício de sobrepreço na aquisição, por dispensa de licitação, de máscaras de proteção pelo município de Campina Grande/PB.
- [Acórdão nº 1304/2021 – Plenário](#): Representação acerca de suposta ilegalidade nos editais relativos ao Exame Nacional do Ensino Médio de 2020 (Enem/2020);
- [Acórdão nº 1222/2021 - Plenário](#): Representação destinada a apurar suposta ação do governo federal, relativa à contratação de influenciadores na internet para divulgação do "tratamento precoce" contra a Covid-19;
- [Acórdão nº 1217/2021 – Plenário](#): Segunda etapa de acompanhamento das ações empreendidas e recursos destinados pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) e de suas entidades vinculadas, no âmbito do combate à Covid-19;
- [Acórdão nº 1215/2021 – Plenário](#): Representação sobre possíveis irregularidades referentes à

utilização dos hospitais federais localizados no município do Rio de Janeiro;

- [Acórdão nº 1119/2021 – Plenário](#): Relatório de acompanhamento realizado com o objetivo de verificar a correta utilização de recursos destinados pela União ao Distrito Federal para enfrentamento da pandemia;
- [Acórdão nº 1118/2021 – Plenário](#): Acompanhamento com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas para implementação das medidas emergenciais destinadas ao setor cultural, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc);
- [Acórdão nº 1045/2021 - Plenário](#): Relatório de inspeção realizada com o objetivo de verificar a correta utilização de recursos federais destinados ao município de Campos dos Goytacazes/RJ para o enfrentamento da pandemia;
- [Acórdão nº 1009/2021 - Plenário](#): Representação acerca de possíveis irregularidades referentes à aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) no combate à Covid-19;
- [Acórdão nº 939/2021 – Plenário](#): Representação autuada para apurar possíveis irregularidades nas aquisições decorrentes de pregão realizado para contratação de serviços médicos clínicos em diversas especialidades, no município de Brejo/MA;
- [Acórdão nº 920/2021 – Plenário](#): Acompanhamento das ações emergenciais do Comitê de Crise do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no período de abril a setembro de 2020, relativas à produção agrícola e ao abastecimento de alimentos no contexto da Covid-19;
- [Acórdão nº 908/2021 – Plenário](#): Acompanhamento acerca dos reflexos das mudanças nas regras orçamentárias e fiscais de 2020 relativas à pandemia da Covid-19;
- [Acórdão nº 897/2021 - Plenário](#): Solicitação do Congresso Nacional em que se requer informações sobre os processos que tramitam no Tribunal de Contas da União (TCU) acerca da ausência de uma estratégia federal minimamente detalhada para combater os efeitos da pandemia ocasionada pela Covid-19.

Fonte: Tribunal de Contas da União

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Edital de Chamamento Público nº 9, de 4 de junho de 2021](#) – reabre o prazo, por mais noventa dias, do Edital de Chamamento nº 04, de 8 de março de 2021, para convocar empresas detentoras de registro de

medicamentos a fornecerem informações sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, e vacinas contra a Covid-19, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), a contar de 8 de junho. (Republicado por ter saído com incorreção, no original, publicado no Diário Oficial da União nº 105, de 8 de junho de 2021, Seção 3, pág. 250.)

[Extrato de inexigibilidade de licitação nº 11/2021 \(UASG 250005\)](#) - Processo: 25000183215202030. Objeto: aquisição de IMUNOGLOBULINA HUMANA, ANTI-HEPATITE B, 200 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,5ML; IMUNOGLOBULINA HUMANA, HIPER IMUNI PARA HEPATITE B, 200 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML. Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: contratação direta frente à inviabilidade de competição do objeto contratado, inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/1993. Declaração de inexigibilidade em 02/06/2021. Valor global: R\$ 26.674.200,00. CNPJ Contratada: Estrangeiro GRIFOLS S.A..

[Portaria GM/MS nº 1.158, de 8 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 1.162, de 8 de junho de 2021](#) - prorroga e altera a Portaria GM/MS nº 3.290, de 4 de dezembro de 2020, para incluir representante no Comitê Técnico para o acompanhamento das ações relativas à vacina AZD 1222/ChAdOx1 n-CoV19 contra a Covid-19, decorrentes da Encomenda Tecnológica firmada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a empresa AstraZeneca.

[Portaria GM/MS nº 1.186, de 9 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 1.187, de 9 de junho de 2021](#) - cancela a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI Adulto) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece a devolução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de Manhuaçu.

[Portaria GM/MS nº 1.188, de 9 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos

de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Taquaritinga.

[Portaria GM/MS nº 1.189, de 9 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Breu Branco.

[Portaria GM/MS nº 1.190, de 9 de junho de 2021](#) - torna sem efeito a autorização, em caráter excepcional e temporário, de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, no Município de Birigui (SP).

[Portaria GM/MS nº 1.191, de 9 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Caruaru.

[Portaria GM/MS nº 1.192, de 9 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Resolução RE nº 2.256, de 9 de junho de 2021](#) - publica a mudança de medicamentos para intubação orotraqueal Covid-19, sob os números de processo constantes na Resolução, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 484, de 19 de março de 2021, em virtude da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) - <http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bff36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqA-Ecy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>
Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>
Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>
Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>
Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791
Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>
Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>
Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>
Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>
Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>
Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>
Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>
Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>
Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>
Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>